



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

***ESCREVIVÊNCIA: NOTAS CRÍTICAS AO MITO DA
IMPARCIALIDADE DO JORNALISTA***

ANA FLÁVIA FERREIRA PILAR COSTA

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

***ESCREVIVÊNCIA: NOTAS CRÍTICAS AO MITO DA
IMPARCIALIDADE DO JORNALISTA***

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

Nome: Ana Flávia Ferreira Pilar Costa
Orientador: Maria Cristina Franco Ferraz

Rio de Janeiro
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

C837e COSTA, Ana Flávia Ferreira Pilar
Escrevivência: notas críticas ao mito da
imparcialidade do jornalista / Ana Flávia
Ferreira Pilar Costa -- Rio de Janeiro, 2022.
53 f.

Orientadora: Maria Cristina Franco Ferraz.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola
da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2021.

1. Imparcialidade. 2. Escrevivência. 3.
Jornalismo. 4. Conceição Evaristo. I. Ferraz,
Maria Cristina Franco.orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho ***Escrevivência: notas críticas ao mito da imparcialidade do jornalista***, elaborado por **Ana Flávia Ferreira Pilar Costa**.

Aprovado por

Profª. Dra. Maria Cristina Franco Ferraz (orientadora)

Profª. Dra. Ana Paula Goulart de Andrade

Prof. Dr. Alexandre Enrique Leitão

Grau:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento mais especial é para a minha mãe, Cristiane. Obrigada por me ensinar a ser corajosa e determinada. Você me mostrou como encontrar alento na minha própria companhia, mas também esteve comigo nos momentos mais difíceis. Te amo com o amor mais puro do mundo.

Agradeço também a minha madrinha Márcia, que sempre está por perto, mesmo a quilômetros de distância. Consigo perceber você aqui. Obrigada pelas suas preces. Deu certo.

Gostaria de agradecer a minha mãe de santo, Márcia, pelo acolhimento e pela paz nos dias de maior desespero. Obrigada pelo acolhimento.

Outro abraço apertado deixo para a minha amiga Thamyres, que me conhece em cada detalhe e sempre esteve por perto, nos momentos de dor e felicidade.

Para o meu namorado Pedro, obrigada por todo o cuidado, amor e companheirismo. Te amo. Obrigada por todos os dias.

Agradeço ainda à Letícia, que foi minha grande parceira de estágio e jornalismo. Que a vida retorne toda a bondade que você traz para o mundo.

Por fim, um agradecimento mais que especial aos meus filhos: Juliano, Panjota, RuPaul e Thais. Para Madê, que não está mais aqui fisicamente, gostaria de dedicar a minha monografia. Você sempre esteve presente em todas as etapas que atravessei nos últimos quinze anos. Estaremos para sempre unidas. É também por você, filha.

Amo todos vocês. Obrigada!

Do fogo que em mim arde

*Sim, eu trago o fogo,
o outro,
não aquele que te apraz.
Ele queima sim,
é chama voraz
que derrete o bico do teu pincel
incendiando até as cinzas
o desejo-desenho que fazes de mim.*

*Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
É este o fogo,
o meu, o que me arde
e cunha a minha face
na letra desenho
do autorretrato meu.*

(Conceição Evaristo¹)

¹ EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

COSTA, Ana Flávia Ferreira Pilar. **Escrevivência: notas críticas ao mito da imparcialidade do jornalista**. Orientadora: Maria Cristina Franco Ferraz. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

RESUMO

O trabalho pretende discutir a imparcialidade no jornalismo a partir da *Escrevivência*, conceito criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo. A proposta é apresentar uma nova forma de encarar a mítica da imparcialidade, através da abordagem filosófica que privilegia a produção de subjetividade. Discutida a subjetividade, a pesquisa comenta as obras e as personagens de Evaristo para definir o que é a *Escrevivência*. Ao fim, será explicado em que contexto surge a mítica da imparcialidade, crença a ser contestada pelos conceitos de fato e acontecimento, mas sobretudo pelo método de análise principal, pautado na *Escrevivência*.

Palavras-chave: escrevivência; imparcialidade; produção de subjetividade; identidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	5
2.1 O sujeito cartesiano e as tradições da filosofia moderna	5
2.2 O que é subjetividade?	7
2.3 Entre espelhos e máscaras: as armadilhas da identidade na modernidade tardia	13
3 COMPROMETER A VIDA COM A ESCRITA OU COMPROMETER A ESCRITA COM A VIDA? A <i>ESCREVIVÊNCIA</i> DE CONCEIÇÃO EVARISTO	17
3.1 A biografia de Conceição Evaristo	17
3.2 O ato de traçar uma <i>Escrevivência</i>	19
3. 2. 1 Da voz outra, faço a minha: o que é <i>Escrevivência</i> ?	19
3. 2. 2 O processo de singularizar	24
4 A IMPARCIALIDADE EM QUESTÃO	28
4.1 Em que contexto é criado o mito da imparcialidade?	28
4.2 O que é notícia, fato e acontecimento?	30
4. 1. 1 Barreiras conceituais: como a notícia <i>deve</i> ser	30
4. 1. 2 Reflexões sobre narrativa, fato e acontecimento	31
4. 1. 3 A notícia	33
4.3 A <i>Escrevivência</i> como contestação da mítica da imparcialidade	37
4. 3. 1 A <i>Escrevivência</i> seria uma prática intrínseca ao contar histórias?	37
5 CONCLUSÃO	40
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

Quando tento explicar porque resolvi pesquisar as relações possíveis entre o texto de Conceição Evaristo, lido pela perspectiva da *Escrevivência*, sempre recordo do período em que cursei o ensino médio na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (ETEFV), uma das unidades da FAETEC (Fundação de Apoio a Escola Técnica). Ingressei no colégio aos 14 anos, e me deslocava dia após dia pelo metrô, de Irajá até o Maracanã. O trajeto levava cerca de quarenta minutos, considerando o período dentro do ônibus até a estação.

Na infância, eu desconhecia tudo o que havia para além dos limites dos bairros mais próximos ao lugar onde eu morava (e ainda moro). Não fazia a menor ideia do que me esperava “lá fora”. A minha perspectiva de mundo foi construída naquela pequena realidade que meus pais reservaram para mim. Ter a liberdade de conhecer minimamente a cidade pelas janelas do metrô me trazia a mesma sensação que sinto hoje ao voar de avião. Fora isso, no meu primeiro ano, tive excelentes professores nas disciplinas de língua portuguesa, literatura e redação. Uma delas veio a se tornar minha orientadora no ano seguinte, como parte de um projeto vinculado ao programa Jovens Talentos, da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro): o Laboratório de Leituras Conceição Evaristo.

Como parte dos trabalhos, lemos, discutimos, escrevemos. Já em 2018, nós, bolsistas, participamos ativamente das aulas das turmas mais jovens. Comecei a pensar neste trabalho durante o dia de uma das ocupações culturais organizadas pelo Laboratório. Eu estava prestes a concluir o curso técnico em Edificações, área que nunca quis seguir, e estava de pé assistindo a uma apresentação musical, que transformou o poema *Do fogo que em mim arde*, a epígrafe do projeto, em melodia. Aquele poema consegue apresentar de forma impressionante o que pretendo discutir aqui. Jamais conseguiria ser tão certa como o foi Conceição. Acredito que a minha pesquisa é um tributo ao período que mudou, para sempre, o que eu penso sobre a vida. Através da literatura, conheci muitas outras realidades, de cuja existência então eu só sabia pelo que via da janela do metrô. Além da importância teórica da pesquisa, há também um simbolismo que me serve como motor: a gratidão.

O trabalho pretende acionar o conceito de *Escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo, para discutir criticamente o mito da imparcialidade do jornalista. Ao contrário da maior parte dos estudos no campo da comunicação, que partem da identidade social do jornalista para questionar o modelo de neutralidade na imprensa, a abordagem escolhida privilegia a perspectiva da produção de subjetividade no capitalismo financeiro, com base no

que argumentam os autores Suely Rolnik e Félix Guattari. Ademais, a intenção é a de apresentar as relações possíveis entre o gênero textual informativo e a literatura, privilegiando a obra de Conceição Evaristo.

A pesquisa assume relevância singular em um contexto de constante desmoralização do trabalho da imprensa brasileira, no qual o olhar do jornalista sobre o acontecimento é utilizado como arma para minar a credibilidade da notícia. Há uma cobrança recorrente para que o jornalista oculte a sua percepção sobre os acontecimentos. É esperado que a notícia seja simplesmente um espelho da realidade, sem nuances de interpretação, como se o repórter estivesse assistindo a um filme e apenas observando o desenrolar dos acontecimentos, alheio àquela realidade histórica. Muitas das críticas recorrem a uma suposta imprensa extraordinária, etérea e capaz de se desvincular de qualquer interesse político ou econômico, o que não deixa de ser uma herança da romantização da corporação profissional por seus próprios integrantes, iniciada nos anos 1950. Além de desmistificar a mítica da imparcialidade e de explicar os reais motivos de sua criação enquanto modelo editorial, a pesquisa se propõe a pensar se a relação entre a notícia e o jornalista de fato corrompe o trabalho da imprensa ou se, na verdade, o fortalece. A abordagem escolhida para trabalhar os conceitos apresentados é a revisão bibliográfica dos trabalhos já existentes sobre o assunto, além do detalhamento das obras literárias publicadas por Conceição Evaristo — desde *Ponciá Vicêncio* (2019) até *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011).

O primeiro capítulo deste trabalho é dedicado a duas orientações filosóficas diferentes, que me parecem fundamentais para a discussão sobre o que é *Escrevivência* e para a contestação da mítica da imparcialidade. Inicialmente, o projeto apresenta e contextualiza o conceito de produção de subjetividade, proposto por Rolnik e Guattari. Depois, falamos sobre o que pensa Stuart Hall em relação ao termo identidade. Enquanto a abordagem da produção de subjetividade é importante para que possamos entender como Conceição Evaristo inventa uma nova forma de existência no mundo, a noção de identidade me pareceu relevante para compreendermos a obra da escritora, que se relaciona de forma intrínseca a aspectos como ancestralidade, negritude e feminilidade. Ambos os conceitos serão retomados no capítulo seguinte, ao falarmos particularmente sobre a *Escrevivência*, uma prática discursiva que mobiliza identidades sociais e inaugura um processo de singularização — ou de rompimento com os sistemas de representação dominantes, produzidos pela subjetividade colonial capitalista.

Enquanto a identidade tende a um jogo político de dualismo e polarização, que é recorrentemente instrumentalizado pelo extrema direita ao redor do mundo (conforme

exemplifico ao longo do trabalho), pensar a subjetividade impõe formulações sobre as mais sutis formas de aparelhamento, tal como na mobilização de afetos tristes pelos movimentos neofascistas — ressentimento, frustração, ódio (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020). O caminho da identidade é mais simplificado, ao passo que a discussão acerca da produção de subjetividade nos leva a questões mais nuançadas. Para próximos trabalhos, considero um enquadramento interessante formular o que cada uma dessas perspectivas permite pensar e tematizar. No segundo capítulo, mergulharemos na literatura de Conceição Evaristo por meio da apresentação de suas obras e da noção de *Escrevivência*, que é detalhada de forma singular e paulatina a cada livro. Para a escritora, entre o acontecimento e a narração algo se perde e por isso se acrescenta: sempre que uma história é contada, há um espaço vazio, porque somos incapazes de recordar cada momento da experiência da escuta. Então, nos permitimos inventar para preencher as lacunas da memória. Em outras palavras, toda história contada é uma narrativa pactuada entre quem vive e quem relata, uma dialética entre invenção e realidade. Em *Becos da Memória* (2019), Evaristo ressalta que buscou escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida. A escritora tentava perseguir uma *Escrevivência*; seguia em busca da sua ancestralidade para traçar uma literatura que contasse suas próprias histórias, mas também a história dos “seus”. *Escrevivência* é um conceito que ela também detalha em *Insubmissas Lágrimas das Mulheres* (2011), sua obra mais documental. Ao ouvir os relatos de outras mulheres, e contá-los em uma coletânea literária, Conceição se apropria dos fatos e narra as histórias a partir de uma perspectiva própria e autoral.

Assim como a literatura, o jornalismo também é uma atividade produtora de sentidos. O trabalho de construção realizado pelas mídias é orientado pela escolha do ângulo da foto, seleção das fontes, opção por determinadas vozes e citações, e não por outras, hierarquização dos assuntos por página e recursos financeiros disponíveis. É um trabalho que mobiliza critérios próprios das empresas de comunicação que definem o que é relevante. No entanto, apesar da notícia ter se tornado uma mercadoria, a prática do jornalismo ainda é permeada por um forte senso de dever cívico que orienta a seleção das pautas, muito contaminado pelo modelo da imparcialidade. Com as redações cada vez mais precarizadas, é o repórter que seleciona os fatos que devem ser acompanhados. Em um outro capítulo, portanto, apresento o significado do termo “notícia” para então retrocedermos no tempo até o contexto em que surge o mito da imparcialidade, e qual a sua importância como garantia de credibilidade e de blindagem da imprensa em relação a interesses políticos e econômicos. Além disso, a mítica da imparcialidade é aqui retratada como uma tentativa de “polir” a identidade do jornalista, deixando-a mais palatável. No século XX, especificamente nos anos 1950, a imprensa

abandona os antigos padrões de escrita e começa a buscar na ciência e no empirismo uma forma de apreender a totalidade dos fatos, esvaziando qualquer interferência subjetiva.

Por fim, recuperamos todos os conceitos tematizados pela pesquisa para construir nosso referencial, ou uma nova metodologia de análise do trabalho jornalístico, através da *Escrevivência*. Nem todas as notícias são movidas pelo que escreveu Conceição Evaristo sobre as relações entre texto e autor na perspectiva da singularização — ou desconstrução dos parâmetros hegemônicos de controle capitalista. Contudo, todo produto jornalístico pode ser questionado tendo em vista o que pensou a escritora sobre o paralelo entre invenção e realidade, ao abordar os lapsos da memória, e o que ela afirma sobre como cada texto recolhe em si uma perspectiva, a voz de quem conta a história.

2 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Neste capítulo, o trabalho vai apresentar duas bases filosóficas diferentes para tentar entender como se constrói o indivíduo. Suely Rolnik e Félix Guattari, por exemplo, optam por uma abordagem que privilegia a produção da subjetividade no sistema capitalista, relacionando as grandes máquinas produtivas com os modos de subjetivação e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. Já Stuart Hall escolhe concentrar suas análises na identidade, ou seja, no alinhamento entre o sujeito e a estrutura social. O sociólogo também define a identidade como uma forma de preencher o vazio entre o espaço público e o privado, na medida em que internalizamos os valores da sociedade em que estamos inseridos. É por meio destas duas orientações que iremos projetar a discussão sobre a *Escrevivência* de Conceição Evaristo.

2.1 O sujeito cartesiano e as tradições da filosofia moderna

Stuart Hall (2000) afirma que a noção de identidade opera em suspensão, ou seja, está aprisionada no intervalo entre a emergência de uma nova forma de pensar sua definição e o uso de um conceito provisório. Mesmo assim, discutir a identidade continua sendo o ponto de partida para refletir outras questões importantes — como a possibilidade de o jornalista se tornar neutro diante do acontecimento, análise principal que proponho neste trabalho. Enquanto Hall assegura que a identidade é uma das chaves para estudar o indivíduo, o conceito de produção de subjetividade é ainda mais fundamental para responder as questões tematizadas na pesquisa. Não é possível esgotar a discussão sobre imparcialidade na imprensa partindo apenas da identidade.

Hall entende a identidade como uma narrativa sobre nós mesmos, que é deslocada continuamente pela forma como somos confrontados ou representados nos sistemas que nos cercam. Na medida em que se multiplicam os sistemas de representação e significação, são criadas inúmeras identidades possíveis, com as quais podemos nos identificar, ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 3). Hall começa a pensar no sujeito *a partir* da identidade, enquanto Suely Rolnik e Félix Guattari tentam compreender quais são as forças do mundo que afetam o indivíduo e produzem a subjetividade, para então explicar porque somos quem estamos sendo. Por tal razão, primeiro vamos pensar o jornalista apenas como indivíduo, o “terminal” que se encontra na posição de *consumidor* da subjetividade, para depois refletir sobre sua identidade.

No contexto da filosofia moderna, há uma tradição que pode ser sintetizada no pensamento de René Descartes, segundo a qual o sujeito é agente de sua própria existência. De acordo com a leitura de Francis Wolff (2012) sobre o filósofo, o indivíduo – “aquele que conhece” – estaria completamente dissociado do que pode ser conhecido por ele. Em outras palavras, o mundo que o cerca é uma natureza inerte, pronta para ser dominada e ajustada aos desejos e necessidades humanas. O homem moderno seria capaz de eliminar qualquer dúvida e de revelar o verdadeiro funcionamento do universo, na medida em que controla as capacidades da consciência e da ação. Em seu lugar superior, o homem jamais poderia estar sujeito às limitações impostas pela natureza, porque é a partir de suas ações que a realidade se transforma.

A pretensa superioridade do sujeito racional, capaz de olhar para qualquer coisa como objeto do conhecimento — inclusive para si mesmo — é a base do pensamento cartesiano. Descartes (apud HALL, 2006) acreditava que as coisas deveriam ser explicadas por uma redução aos seus elementos essenciais: no centro da “mente”, ele colocou o homem, por sua capacidade de pensar: *cogito ergo sum*. Penso, logo sou. Nessa visão hierarquizante, nada mais seria necessário, tudo se faria a partir do “eu”; o que não é o “homem detentor do conhecimento” seria inferior (WOLF, 2012).

As mudanças associadas ao Iluminismo, mais à frente, se somaram às bases do pensamento cartesiano e libertaram o indivíduo das tradições e estruturas que antes eram divinamente estabelecidas. Na Idade Média, a posição de uma pessoa na ordem secular e sagrada das coisas predominava sobre qualquer entendimento de que o sujeito pudesse ser soberano. A noção do homem racional e independente, compreendida entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado teocêntrico (HALL, 2006, p. 6), o que veio a se tornar um dos principais motores para o desenvolvimento industrial e científico dos séculos seguintes.

O cientista social Raymond Williams (apud HALL, 2006) ressalta também que a história moderna do sujeito individual foi trilhada no limiar de outras importantes revoluções do pensamento. Dentre eles, se destacam: a Reforma Protestante, que colocou o homem em contato direto com Deus, suprimindo ou eliminando a intermediação pela Igreja Católica; o Humanismo Renascentista, que trouxe o homem para o centro do universo; as revoluções científicas, que forneceram as bases para que os indivíduos pudessem “inquirir, investigar e decifrar os mistérios da natureza” (HALL, 2006, p. 6). É neste contexto que surgem as primeiras noções de individualidade no sentido moderno, que podem ser relacionadas ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. O autor ainda escreve que:

No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal dos homens, acima e além de seu lugar e sua função numa rígida sociedade hierárquica. Houve uma ênfase similar, no Protestantismo, na relação direta e individual do homem com Deus, em oposição a esta relação mediada pela Igreja. Mas foi só ao final do século XVII e no século XVIII que um novo modo de análise, na Lógica e na Matemática, postulou o indivíduo como a entidade maior, a partir da qual outras categorias eram derivadas. O pensamento político do Iluminismo seguiu principalmente este modelo. O argumento começava com os indivíduos, que tinham uma existência primária e inicial. As leis e as formas de sociedade eram deles derivadas: por submissão, como em Hobbes; por contrato ou consentimento, ou pela nova versão da lei natural, no pensamento liberal (WILLIAMS apud HALL, 2006, p. 7).

Segundo essa perspectiva, o sujeito moderno seria completamente consciente de quem ele é, já que seria capaz de interpretar a realidade e o seu lugar dentro dela. Grande parte da filosofia ocidental ainda recorre ao pensamento cartesiano para ancorar um conceito de identidade. No entanto, a proposta deste trabalho é distanciar-se da identidade como um ponto de partida, um dado preexistente, unificado e já colocado. Vamos tentar dar conta de quais são as forças do mundo que moldam a todos nós a partir de uma abordagem que privilegia a produção da subjetividade. Trata-se de uma tentativa de romper as tradições estabelecidas no contexto do homem cartesiano, supostamente guiado apenas pelo próprio pensamento.

2.2 O que é subjetividade?

Ao contrário das tradições da filosofia moderna, pensar a subjetividade não significa recorrer a aspectos intrínsecos a uma suposta natureza humana, como uma pretensa racionalidade soberana, e muito menos olhar para o indivíduo como agente de sua própria existência, distante e imune aos elementos que o cercam. Segundo Suely Rolnik e Félix Guattari (1996), Descartes quis colar a consciência subjetiva e a existência do indivíduo. Estávamos nos envenenando com essa equação ao longo de toda a história da filosofia moderna. Para os autores, na verdade, a subjetividade é o produto de tudo o que chega até nós através da “linguagem, da família e dos equipamentos que nos rodeiam” (p. 27).

Durante a palestra “Notas para descolonizar o inconsciente”, na abertura do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM - ECO/UFRJ) em 2022², Suely Rolnik explorou uma metáfora interessante, que

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a2ZM_wPDjGU. Acesso em: 13 de outubro de 2022

pode ser usada também para entender como funciona o processo de subjetivação. Na ocasião, ela tentava enfatizar o quanto o contato com o outro e com todas as forças do mundo pode ser transformador para o indivíduo, em uma relação similar ao que acontece com as aranhas no momento em que elas tecem os fios das teias.

As aranhas tecem seus fios a partir de uma glândula abdominal, onde é produzida uma fibra feita de proteínas, extremamente fina e resistente, que tem como função mediar a presença da aranha no espaço. Quando lançados, esses fios conseguem captar a frequência das forças de vibração de outros elementos ao redor do animal, que chegam em ondas através dos fios e afetam o corpo da aranha. Mesmo imóvel, a aranha é interceptada por vários tipos de forças que chegam até ela e alteram o seu estado vital, introduzindo algo que antes não estava lá.

Todas as espécies de aranha têm pequenos pelos em algumas de suas patas, cuja função é justamente tentar descobrir de onde vem cada vibração que chega pelos fios. Para isso, as aranhas mergulham as patas na parte do abdômen que concentra todo o conjunto de forças do ambiente. É assim que ela descobre, por exemplo, qual o melhor lugar para ancorar sua teia e qual dos quatro tipos de teia vai construir: teias de captura (mais comum em lugares abertos, com grande fluxo de insetos), teias de refúgio, teias de cópula ou teias de muda, feitas pelas aranhas que trocam de esqueleto. É possível dizer que a aranha é capaz de perceber o que a vida lhe pede como resposta para a sobrevivência, e o que é preciso para aumentar a sua *potência*.

Rolnik sublinha que os seres humanos também têm um fio vital. No entanto, ao contrário das aranhas, não conseguimos perceber o momento em que o lançamos para fora, porque estamos imersos em um ambiente *social*. Nosso corpo está em constante contato com tudo o que integra o ecossistema a seu redor: o meio ambiente, a sociedade, os equipamentos tecnológicos, o outro. Nas palavras da autora, “na dimensão de nossa experiência subjetiva, o outro é uma presença viva dentro da gente” (ROLNIK, 2022)³.

Até aqui, a analogia com a aranha ainda parece bastante abstrata. Para entender como ela se aplica a uma situação real, vamos retomar um exemplo usado por Suely Rolnik e Guattari em *Cartografias do Desejo* (1996). Moldar um operário não é simplesmente uma tarefa das escolas profissionais: “há tudo o que se passou antes, na escola primária, na vida doméstica — há toda uma espécie de aprendizado que consiste em se deslocar na cidade desde a infância, ver televisão, enfim, estar em todo um ambiente maquínico” (p. 27). Ou seja,

³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a2ZM_wPDjGU. Acesso em: 13 de outubro de 2022

a adequação do homem ao capitalismo só é possível dada a estrutura que começa a ser produzida logo aos primeiros contatos com o mundo, pela forma como o indivíduo é orientado a agir ao longo de sua existência na sociedade.

Podemos dizer que a subjetividade é o lugar onde se cruzam os sistemas de afetos, representação e significação que chegam até nós e disputam o nosso modo de perceber a realidade, assim como os estímulos que atravessam os fios tecidos pela aranha. São forças que afetam e alteram a vida humana, trazendo algo novo, que não estava previamente dado. É por isso que a produção de subjetividade diverge do paradigma moderno segundo o qual o homem é condutor de si mesmo. O processo de subjetivação é extrínseco a nós e nos afeta. Nas palavras de Guattari e Rolnik:

a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor da subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. — sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 32)

Um exemplo explicativo sobre como se dá a produção de subjetividade é o das crianças, que começam a descobrir e a entender o funcionamento da vida através das pessoas presentes em seu território doméstico. Mas não somente, explicam os autores. A produção da subjetividade também se estabelece a partir das relações de imagem, de palavras e de significação presentes no que ela assiste na televisão, por exemplo.

Em todas as pessoas existe um vazio que vai sendo preenchido aos poucos pela influência das forças do mundo. Ninguém preexiste em relação à realidade em que vive. Ao contrário, o indivíduo vai sendo *produzido* por efeito dela. A produção de subjetividade influencia na vida social, nos afetos, na noção de temporalidade e nos regimes de atenção, cada vez mais dispersos e fragmentados na modernidade tardia. Todos nós somos o resultado do convívio em sociedade e da relação com inúmeros dispositivos e ferramentas de controle social. Logo, apenas podemos ser compreendidos com base nas forças que disputam a nossa percepção. No mais, é como se todos os indivíduos estivessem presos em uma encruzilhada, na tentativa de conciliar as mais diversas forças que integram a produção de subjetividade — os grupos sociais, os vínculos e as relações de poder, a família, o ambiente de trabalho, entre outras.

Segundo Rolnik e Guattari (1996, p. 31), os processos de subjetivação são sistemas descentrados, que podem ser tanto externos ao indivíduo — sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, midiáticos, sistemas que não são imediatamente antropológicos — quanto de natureza intrapessoal — sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de valor, sistemas de inibição, sistemas corporais, biológicos e fisiológicos. Os autores explicam que:

Tais mutações da subjetividade [...] [funcionam] no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 26)

Em outros termos, o processo de construção da subjetividade serve, em geral, ao propósito de manutenção do capitalismo tal como ele é. Principalmente porque relaciona as grandes máquinas produtivas às principais ferramentas de controle social e às instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. Tanto é assim que as sociedades que adotaram outro sistema, assim como crianças e pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, não conseguem (ou não querem) entrar no sistema de significação dominante, porque vivem outros tipos de representação da realidade (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 27).

As forças que administram o capitalismo compreenderam a importância da produção de subjetividade para criar uma cultura de dedicação intensiva ao trabalho. No Japão, por exemplo, não há petróleo, mas a produção de subjetividade permite à economia japonesa se afirmar no mercado mundial. O país se transformou no destino de centenas de delegações patronais que querem aprender a “japonizar” as classes operárias de seus países de origem (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.26). Ou seja, a produção de subjetividade é tão importante que pode até compensar a falta de recursos naturais ou de commodities em países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, os riscos relacionados à cultura japonesa da sobrecarga de trabalho são uma preocupação mundial. Desde os anos 1960, o Japão registra casos alarmantes de doenças cardíacas e mentais associadas ao trabalho exaustivo, assim como não são raros os casos de suicídio pela mesma razão. Existe até uma palavra em japonês, "karoshi", que pode ser traduzida como “morrer por trabalhar demais”⁴.

O artigo de Silva e Dias (2019) sobre o perfil profissional que hoje é exigido pelo mercado de trabalho acrescenta mais reflexões sobre a atual produção de subjetividade.

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40140914>. Acesso em: 13 de outubro de 2022

Conforme explicam os pesquisadores, o estereótipo do profissional de alto desempenho está fazendo com que as empresas busquem trabalhadores jovens e sobretudo bem relacionados. O valor de um diploma de formação nas melhores universidades deixou de ser a principal prova do domínio de habilidades técnicas. Ganham espaço as indicações.

Existe uma mentalidade de que se deve estar sempre disponível. O celular invadiu a mesa de jantar; os horários de expediente continuam a se expandir para cada vez mais tarde. Não há mais uma divisão identificável entre a vida privada e o trabalho. O trabalhador passou a ter medo de se tornar obsoleto para um mercado em constante transformação; tenta sobreviver fazendo sempre mais do que é contratado para fazer. Trata-se de uma lógica que não aparecia em uma sociedade de valorização do emprego a longo prazo.

A naturalização desse novo perfil de trabalho só foi possível mediante dispositivos de subjetivação, presentes nas mídias sociais, em revistas de negócios, nos cadernos de economia dos jornais e no cotidiano das relações de trabalho. Foi uma forma encontrada pelo sistema capitalista para ampliar as margens de lucro, com base na criação de uma nova mentalidade, segundo a qual trabalhar *demais* é algo louvável, mesmo que o salário não cresça proporcionalmente.

Na obra *Para além de Black Mirror* (2020), os pesquisadores Maria Cristina Franco Ferraz e Ericson Saint Clair discutem o episódio *Nosedive* (ou “Queda livre”, na tradução em português) da série distópica produzida pela Netflix, *Black Mirror*. O primeiro capítulo do livro é dedicado a investigar a noção de que o indivíduo é capaz de ditar os rumos de sua própria vida, ao calcular e seguir minuciosamente etapas bem delimitadas. Para tanto, os autores priorizam uma análise que parte da produção da mentalidade do trabalhador “autônomo”, livre das amarras legislativas, adequada a um capitalismo de base financeirizada. O mesmo capitalismo que, nas últimas décadas, tem se dedicado a diminuir cada vez mais o alcance e dimensão do Estado.

No episódio, que abre a terceira temporada da série, a protagonista Lacie Pound (interpretada pela atriz Bryce Dallas Howard) vive em um mundo distópico, no qual avaliações positivas nos celulares são o principal parâmetro de distinção social. É por isso que Lacie se esforça a todo momento para conseguir notas cada vez melhores, a partir de qualquer pessoa que cruze o seu caminho. O número de estrelas na tela (que pode variar até cinco, quando a avaliação é ao máximo positiva) é calculado pela média de notas que a personagem recebe dos outros, e define todo o espectro de relações que ela desenvolve. É a pontuação que decreta se Lacie está apta a assumir um posto mais alto no trabalho, ou conseguir morar em determinadas áreas da cidade.

Em uma das cenas, por exemplo, a personagem não consegue embarcar no avião que a levaria até o casamento de uma colega da época de escola — exageradamente artificial, com a vida perfeita e uma pontuação de (e para) causar inveja. Ao perceber que poderia chegar atrasada ao compromisso, a personagem perde a compostura, se descontrola e vê as suas avaliações despencarem. O momento marca o início da “queda” de Lacie. Em seguida, ela tenta seguir o trajeto em um caminhão caindo aos pedaços, por não ter mais reputação o bastante para alugar um bom carro particular.

Apesar do esforço contínuo, a personagem sempre se encontra em situações inesperadas e fora de controle, que a tiram da encenação que é a sua vida, e a fazem demonstrar sentimentos que devem ser evitados naquele universo: incômodo, raiva, irritação e também tristeza. Para conquistar a avaliação que definiu como sua meta, Lacie contrata um *coach* que sinaliza quais comportamentos poderiam ajudá-la a fortalecer a sua imagem pessoal. Ferraz e Saint Clair afirmam que o *coaching*, neste sentido, equaciona o paradoxo entre a pressão por autonomia e a necessidade de aconselhamento por todo tipo de especialista:

Enquanto a psicanálise se orientava pela problematização do sujeito, o *coaching* aposta no engessamento e no fortalecimento de um *eu* capaz de obter *sucesso* a partir de um plano previamente traçado. A noção de *vontade*, crucial nas práticas e no pensamento do século XIX, foi corroída na virada para o século XX por conceitos como pulsões, inconsciente, caros à psicanálise. Atualmente, assiste-se a uma ênfase crescente no indivíduo dotado de vontade capaz de dirigir sua vida segundo fins calculados (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020, n.p.)

O episódio revela o desespero e a angústia da obrigação de se estar sempre bem, disposto a fazer cada vez mais pelo sucesso. Lacie se dedica ao espetáculo da “positividade” para trilhar o caminho até uma vida realizada. Não há espaço para o sossego, para a pausa ou para o desânimo. Impera, avaliam os autores, uma luta sem tréguas pela pontuação máxima e uma disputa feroz com outras pessoas, o que faz com que a personagem anule a simpatia ou a compaixão em relação a indivíduos mal avaliados e que representam risco potencial à sua posição social (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020, n.p.). Fora da ficção, é muito comum, inclusive, que *coachs* de mercado de trabalho influenciem seus seguidores a afastarem todas as pessoas e hábitos que possam representar algum tipo de distração a seus objetivos — mesmo os bons momentos, as oportunidades de descontração ao lado de familiares e amigos. É uma norma que faz parte do lema “vencedores não criam desculpas”.

Conforme explicam Ferraz e Saint Clair, o pesquisador José Gil sustenta que os mecanismos de avaliação estão presentes em todas as esferas da sociedade e hierarquizam,

selecionam, integram e principalmente excluem. É uma lógica de funcionamento que se articula a modos de viver impregnados de valores empresariais, tais como as noções de empreendedorismo, de autossuperação constante e permanente, que tem por efeito culpabilizar aquele que falha, privatizando os fracassos e gerando frustração e ressentimento (GIL apud FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020, n.p.). Nas palavras dos pesquisadores:

Mecanismos de avaliação estão evidentemente presentes em redes sociais, como o Facebook, no qual vai se naturalizando o hábito de *curtir* ou *descurtir* uma postagem ou um perfil, o que induz a contabilizar a sensação de sucesso, taxas de credibilidade, ou índices de fracasso. Pequenos atos cotidianos tendem a ser incorporados de modo a se tornarem cada vez mais naturalizados e, portanto, imperceptíveis. Por exemplo, o que já se chama de *uberização* das relações de trabalho: em aplicativos pioneiros, como o *Uber*, avaliam-se com até cinco estrelas tanto o passageiro quanto o motorista, desprovido das redes de proteção (por ora ainda) existentes no antigo regime de trabalho assalariado. Tornar-se o seu próprio *chefe*, um pequeno empresário de sua própria atividade, é vendido como liberdade e promoção, como uma saída universal para as crises do capitalismo. Quando, de fato, deixa o trabalhador desprotegido pelas legislações que, às custa de muitas lutas, antigos trabalhadores foram conquistando (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020, n.p.)

A concepção do profissional de alto desempenho, aquele capaz de abdicar da vida pessoal em favor do “sucesso”, é um sintoma da criação de valores, segundo os quais o Estado não deve mais se ocupar da manutenção da vida de ninguém. Foi criada uma nova mentalidade, por intermédio de um processo contínuo de produção de subjetividade capitalista, em que os indivíduos defendem suas supostas autonomia e liberdade — aqui, a liberdade de abdicar das conquistas trabalhistas conquistadas a duras penas ao longo do século XX, tais como férias remuneradas, jornada de trabalho de oito horas diárias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, entre outros.

A expansão do ideal de desoneração do Estado caminha ao lado da ascensão do liberalismo globalizado e da crise dos governos de bem-estar social. O episódio serve apenas como ponto de partida para exemplificar todas essas reflexões sobre o vínculo dos chamados “modos de vida empresariais” com a conectividade em tempo real e a expansão de formas mascaradas de exercício de poder e coerção social com base em mecanismos de avaliação.

2.3 Entre espelhos e máscaras: as armadilhas da identidade na modernidade tardia

Stuart Hall afirma que a identificação acontece no momento em que reconhecemos uma origem em comum com o outro, mas também quando partilhamos de ideais e

características que ancoram o senso de solidariedade em relação a alguém. Para o sociólogo, ao contrário de uma perspectiva mais naturalista sobre o tema, pensar a identificação nos termos de uma abordagem discursiva supõe considerar o seu caráter mutável. Ela nunca se fecha de forma que se torne plenamente determinada. A cada momento que passa, o indivíduo corre o risco de se reconhecer como forasteiro em um grupo com que costumava nutrir uma relação de pertencimento.

Ainda que a identificação tenha suas condições determinadas de existência, continua o autor, ela é condicional: os aspectos materiais e simbólicos que tornam o outro passível de ser reconhecido como uma parte minha não anulam as diferenças que existem entre mim e ele. Até porque — explica Suely Rolnik durante a aula inaugural na Escola de Comunicação — a nossa experiência como pessoa é definida por um personagem, de acordo com o lugar que ocupamos em uma certa cartografia sociocultural. Através desse personagem, definimos a nossa relação com os demais indivíduos, e também nos tornamos habilitados a viver socialmente. “A percepção não é uma tábula rasa. Quando eu vejo vocês, eu imediatamente projeto o meu repertório”, exemplificou a escritora, direcionando-se para os ouvintes no auditório: “eu consigo situar minimamente quem são vocês e como eu vou me relacionar diante de vocês. Neste caso, o outro está fora de mim e eu projeto sobre ele o meu repertório para a gente se comunicar” (ROLNIK, 2022)⁵.

Um exemplo ilustrativo sobre essa relação aconteceu na tarde do dia 12 de outubro de 2022. Em campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) visitou a Basílica de Nossa Senhora de Aparecida e foi acompanhado por uma multidão de apoiadores⁶. Entre os demais visitantes do santuário, uma pessoa se destacou por usar uma roupa vermelha — cor normalmente associada ao partido do principal oponente de Bolsonaro na corrida eleitoral, Lula (PT), que posteriormente foi eleito presidente da República no dia 30 de outubro de 2022. Vestidos de verde e amarelo, os seguidores de Bolsonaro cercaram e hostilizaram o jovem que vestia vermelho (pelo noticiário, não fica claro se homem ou mulher), porque ele foi reconhecido como um adversário, um inimigo da pátria. Os bolsonaristas projetaram sobre aquela pessoa — ou melhor, sobre o símbolo da cor vermelha — um repertório sociocultural que transformou uma peça de roupa em um insulto. Assim, de forma intolerante e violenta, se sentiram no direito de *tocá-lo*.

Algo parecido aconteceu no dia do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro de

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a2ZM_wPDjGU. Acesso em: 13 de outubro de 2022

⁶ Disponível em: bit.ly/3XWcg6J. Acesso em: 13 de outubro de 2022

2022. Aqueles que vestiam roupas vermelhas, ou usavam adesivos associados a candidatos de esquerda, eram recebidos com sorrisos e saudações pelos seus pares. Em relação aos eleitores de verde e amarelo, silêncio. Ou medo. Uma marca da última corrida eleitoral brasileira foi justamente o receio de usar a cor vermelha e ser vítima de agressão, com base no julgamento moral de luta do bem contra o mal — aqui representado pelo fantasma do comunismo e por pautas mentirosas como a legalização do aborto e das drogas, por exemplo.

Hall afirma algo interessante de ser mencionado nesse contexto. A identificação é uma maneira de olhar para as características ou ideais que compartilho com o outro, mas também de perceber o que nos diferencia. Nas palavras do autor:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” — uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade [...] E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance* (grifo do autor), ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora — o exterior que a constitui (HALL, 2008, p. 106)

Qual seria então a relação imediata entre a identificação e a identidade? A identidade, para Stuart Hall, é uma narrativa sobre nós mesmos, que é deslocada continuamente pela forma como somos confrontados ou representados nos sistemas que nos rodeiam. O autor escreve que “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos” (HALL, 2006, p. 3). A identidade unificada, completa e coerente é, para ele, uma “fantasia”.

Stuart Hall também salienta que as identidades estão em crise desde o início do período conhecido como modernidade tardia, no final do século XX, quando referenciais como raça e etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade e classe social começaram a entrar em colapso. As transformações nas chamadas “paisagens culturais”, que por muito tempo indicaram o caminho para o indivíduo entender o seu lugar na sociedade, também abalam a ideia que temos de nós mesmos. Trata-se de um deslocamento de duas vias: o indivíduo perde o seu lugar de referência no mundo social e cultural, ao mesmo tempo em que não consegue mais definir a si mesmo (HALL, 2006, p. 1).

O pesquisador menciona um exemplo que ajuda a entender melhor como as identidades entram em choque na modernidade tardia. Retomo aqui o mesmo episódio detalhado por ele (2006, p. 4-5). Em 1991, o presidente George Bush (Partido Republicano) indicou Clarence Thomas, um juiz negro conservador, para assumir uma vaga na Suprema

Corte dos Estados Unidos. Embora contrários a políticas raciais liberais, os eleitores brancos — a despeito de seus preconceitos em relação a um juiz negro — apoiaram Thomas porque ele era conservador. Ao mesmo tempo, os eleitores negros também votaram a favor de Thomas, por ele ser negro, ainda que defendessem políticas mais liberais voltadas ao tema da desigualdade racial.

No meio das audiências que analisavam a indicação, Clarence Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, a funcionária Anitta Hill. Alguns negros permaneceram ao lado dele, pela questão racial, e outros foram para a oposição, ante o escândalo sexual. As mulheres negras ficaram divididas, a depender de qual identidade prevaleceu: como negra, ou como mulher. Os homens negros também se dividiram. Alguns priorizaram a identidade negra, e outros priorizaram a afinidade que mantinham com o magistrado por suas posições econômicas liberais. Ao mesmo tempo, as mulheres conservadoras brancas se dividiram entre apoiar o posicionamento político de Thomas e priorizar a identidade feminina, em solidariedade ao que a “vítima” — uma mulher — viveu. Além de todas essas identidades em disputa, mais uma entrou no jogo, porque a mulher que denunciou o juiz pertencia a uma classe social economicamente inferior à dele. Ela era advogada e professora da Universidade de Brandeis. Ele, magistrado. Ao fim do processo, Thomas se tornou o segundo negro a ocupar a Corte americana.

O outro exemplo possível é mais um retrato do Brasil de 2022, que nos ajuda a entender o conflito e a mediação entre duas identidades incompatíveis, a cristã e a armamentista. É comum que pastores evangélicos usem passagens bíblicas para defender o armamento civil, quando se definem como bolsonaristas. O próprio presidente Jair Bolsonaro e muitos dos seus seguidores se declaram cristãos, mas reverenciam a ditadura militar e defendem a tortura como punição à criminalidade, ao mesmo tempo em que são devotos de um Deus cujo filho foi um preso político, torturado e crucificado. É possível dizer que, no momento em que esses religiosos defendem o armamento civil como política de Estado, mas também como política de extermínio de dissidentes de esquerda, prevalece a identidade bolsonarista sobre a identidade cristã.

Em suma, assim como o processo de identificação, as identidades também funcionam a partir da dicotomia entre características opostas. No exemplo dos pastores evangélicos bolsonaristas, o punitivismo do presidente Jair Bolsonaro prevalece sobre as qualidades cristãs da empatia e amor ao próximo. Como escreveu Stuart Hall:

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em "exterior", em abjeto. Toda identidade tem, à sua "margem", um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo "identidade" assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe "falta" - mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2008, p 110).

3 COMPROMETER A VIDA COM A ESCRITA OU COMPROMETER A ESCRITA COM A VIDA? A *ESCREVIVÊNCIA* DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Neste capítulo, a pesquisa vai apresentar a literatura de Conceição Evaristo enfatizando o conceito de *Escrevivência*, para começar a refletir sobre as relações possíveis entre subjetividade, identidade e texto. Também pensaremos a *Escrevivência* como uma prática discursiva que inaugura um processo de singularização, ou seja, que rompe com padrões de representação e significações dominantes para inventar uma nova forma de existir no mundo. Só então iremos apontar as contradições intrínsecas ao paradigma do jornalista imparcial.

3.1 A biografia de Conceição Evaristo

Explicar o conceito de *Escrevivência* e entender como ele se relaciona com os sentidos de identidade e subjetividade pressupõe um olhar mais atento para quem é a sua criadora, a escritora brasileira Conceição Evaristo. Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em 29 de novembro de 1946 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Romancista, poeta e contadora de histórias, morou durante toda a infância na favela de Pindura Saia, na época localizada em um morro cercado de bairros de classe média; barreiras físicas que separavam a população pobre e negra do restante da cidade. A escritora costuma dizer que não viveu apenas a pobreza, mas a própria miséria. Também é relevante sublinhar que Conceição foi criada por uma família de mulheres negras cozinheiras, faxineiras e trabalhadoras domésticas, que lhe contavam histórias da vida. Foram os primeiros anos de sua infância que deram origem ao livro *Becos da Memória* (2019), no qual descreve o cotidiano entre as ruas e vielas da favela na perspectiva de uma menina.

Conceição Evaristo veio para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, quando foi aprovada em um concurso público para ser professora do ensino básico, depois de anos conciliando os estudos com a ocupação de trabalhadora doméstica. No mesmo período, ingressou no curso de Letras da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ) e, mais tarde, também se tornou mestre em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A autora, no entanto, estreou na literatura apenas em 1990, quando já havia completado 44 anos, com seis poemas publicados na série *Cadernos Negros*. O lançamento

veio quase uma década depois de sua entrada para o coletivo de escritores afrobrasileiros *Quilombhoje*, responsável pela publicação. Atualmente, aos 76 anos, Conceição assina diversos livros, divididos entre romances e coletâneas de poemas e contos. Desses, alguns já foram traduzidos para idiomas como o inglês, francês, espanhol, alemão e árabe. Em 2015, venceu o Prêmio Jabuti — o mais importante e tradicional da literatura brasileira — com a obra *Olhos D'água*, que ficou em terceiro lugar na categoria “Contos e Crônicas”. Já em 2019, a escritora foi homenageada como Personalidade Literária do Ano.

A literatura de Conceição Evaristo é marcada pela oralidade. A artista costuma dizer que o seu domínio sobre a escrita foi forjado nas oportunidades que teve de ouvir histórias, principalmente aquelas contadas na infância pela mãe e pelas tias. Na medida em que o texto escrito é incapaz de expressar, além da palavra, o ritmo e a cadência da fala, o movimento do corpo, os gestos e o olhar de quem relata, ele é mais limitado que a oralidade. Ao responder a uma das perguntas no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 6 de setembro de 2021, Conceição explorou um episódio interessante para explicar a riqueza que percebe na prática da oralidade. Ela conta que gostaria de traduzir para a escrita um “gesto” comum de sua mãe⁷.

Caso Dona Joana fosse questionada sobre o que pensa da saúde no Brasil, diz sua filha, responderia com um simples “rumm”, um som curto, gutural e compreensível apenas *pela forma como é falado* e pelo movimento que o corpo faz no momento em que a palavra salta dos lábios. “Como traduzir isso para a escrita? O que ela quis dizer? Levaríamos horas para traduzir isso em discurso”, explica a autora. Em outra oportunidade, desta vez em entrevista ao blog da TAG Livros, Conceição abordou o tema com mais detalhes:

Tenho afirmado que a minha vivência, desde pequena, sob os efeitos da oralidade, me deu a capacidade da escuta, aprimorando meus ouvidos não só para os significados das palavras, mas também para a sonância das mesmas. Capto, na escuta, a musicalidade da frase. E tento então levar para o texto escrito a dinâmica da oralidade. O ritmo, as repetições, os gestos, as expressões que dominam o corpo no exercício do narrar, que assiste intensamente na minha infância e juventude, me fazem desejar e buscar modos de traduzir na escrita, a estética da oralidade, mesmo sabendo que é impossível tal façanha (EVARISTO, 2018)⁸

O registro da oralidade é, portanto, fundamental para compreender a obra de Conceição Evaristo, porque a autora recupera muitos acontecimentos que vivenciou apenas

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw>. Acesso em 5 de novembro de 2022

⁸ Disponível em: <https://www.taglivros.com/blog/entrevista-conceicao-evaristo-tag/>. Acesso em 26 de outubro de 2022

através do relato de outras pessoas. Conceição entende que a construção do texto ficcional entrelaça a capacidade de escuta com a história de quem escreve. *Becos da Memória* (2019), por exemplo, começou a ser pensado no momento em que ouviu sua mãe dizer uma frase aparentemente comum, lembrando uma mulher que a filha havia conhecido na infância:

“Vó Rita dormia embolada com ela.” A voz de minha mãe a me trazer lembranças de *nossa* [grifo meu] vivência, em uma favela, que já não existia mais no momento em que se dava aquela narração. “Vó Rita dormia com ela, Vó Rita dormia embolada com ela, Vó Rita dormia embolada com ela...” A entonação da voz de minha mãe me jogou no passado, me colocando face a face com o meu eu-menina. Fui então para o exercício da escrita. E como lidar com uma memória ora viva, ora esfacelada? Surgiu então o invento para cobrir os vazios de lembranças transfiguradas. Invento que atendia ao meu desejo de que as memórias aparecessem e parecessem inteiras (EVARISTO, 2019, n.p.)

3.2 O ato de traçar uma *Escrevivência*

3.2.1 Da voz outra, faço a minha: o que é *Escrevivência*?

Apresentar Conceição Evaristo se impõe como um preâmbulo fundamental para a discussão sobre *Escrevivência*, já que a autora parte de uma experiência própria (ao viver e ouvir histórias) para traçar uma escrita autoral. Mas não somente. Segundo Isabella Rosado Nunes (2020, p. 15), a literatura de Conceição é um instrumento de libertação que promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão mais ampla sobre a vida, essencial para que determinadas parcelas da sociedade sejam reconhecidas como dignas de direitos.

Conforme a própria escritora explica em entrevista ao canal do Youtube *Leituras Brasileiras*, seu trabalho consiste em observar as cenas do cotidiano, para só então construir personagens com as quais ela se identifique. A escritora afirma gostar de trazer para a literatura imagens e situações que, se olhadas de fora, não têm nenhuma poesia.

Agora, a [partir da] maneira como você descreve esse fato, como você trabalha esse fato, como você constrói a personagem e como você usa a linguagem, você pode fazer desse fato extremamente cruel. Você pode construir ele de tal forma que você humaniza [...] inclusive o ‘próprio marginal’ (EVARISTO, 2020)⁹

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em: 28 de outubro de 2022

O conto *Di Lixão*, por exemplo, que está presente na coletânea *Olhos D'água* (2019), nasce quando Conceição Evaristo estava no restaurante Amarelinho, um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro, e um garoto passa oferecendo amendoim. Na história recriada, Di Lixão é o apelido de um menino que sofre com uma dor de dente incessante. Com a mãe morta e o pai longe, não há ninguém por perto capaz de ajudar ou confortar o menino. Trata-se de uma situação parecida ao do garotinho no restaurante, sozinho e desamparado, tão cedo trabalhando para sobreviver.

Desde as histórias contadas pelas mulheres com quem convivia até a sua própria experiência adulta, a escritora tece uma literatura de denúncia, da qual transborda a vida de seus pares, expressando uma ancestralidade comum. É o que fica claro na trajetória da personagem Ponciá Vicêncio (2017), que retoma todo o processo de escravização de seus ancestrais, conforme Conceição explicou em entrevista ao *Leituras Brasileiras*¹⁰. A memória dolorosa do passado acaba se fundindo ao sofrimento da mulher no presente.

No conto *Duzu-Querença*, há uma passagem particularmente emocionante que expressa também o lugar da ancestralidade na escrita e nas personagens de Conceição Evaristo. O texto conta a história de uma senhora, Duzu, que veio do campo para a capital junto com os pais quando ainda era criança. Assim que desembarcou do trem, logo nos primeiros dias, começou a trabalhar em uma casa de muitos quartos. Duzu não sabia dizer onde estava, ou como funcionava o estabelecimento. Limpava, cozinhava e trocava roupas de cama. Com o tempo começou a reparar nas mulheres que moravam na casa. Todas bonitas e sempre bem vestidas, arrumadas e perfumadas. Dentro dos quartos, cada uma em seu aposento, encontravam homens. Homens que eram sempre diferentes, dia após dia. Homens que deixavam uma quantia em dinheiro após os encontros escondidos nos aposentos.

Aflorada a curiosidade, Duzu passou a entreabrir a porta dos quartos para ver o que acontecia. Não tardou para que a menina também ganhasse um cômodo só para ela. Criança, começou a receber os seus próprios clientes. A personagem conta que se acostumou aos tapas dos cafetões, aos mandos das cafetinas e aos gritos das outras mulheres, recorrentemente agredidas e violentadas. Engravidou, teve filhos e netos. Quando um deles, Tático, morreu aos treze anos, Duzu encontrou uma forma diferente de lidar com o sofrimento:

Com a morte de Tático, Duzu ganhou uma nova dor para guardar no peito.

¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>, acessado em 28 de outubro de 2022

Ficava ali, amuada, diante da porta da igreja. Olhava os santos lá dentro, os homens cá fora, sem sentir consolo algum. Era preciso descobrir uma nova forma de ludibriar a dor. Pensando nisto, resolveu voltar ao morro. Lá onde morou durante anos e anos, depois que ela havia deixado a zona, fora morar com os filhos. Foi retornando ali que Duzu deu de brincar de faz de conta. E foi aprofundando nas raias do delírio que se agarrou para viver o tempo de seus últimos dias (EVARISTO, 2019, p. 35).

Em seus últimos momentos, Duzu enxerga nas estrelas as faces dos seus familiares que já haviam morrido: seus pais, avós, tios e tias. E quando sua neta, Querença (nome que não coincidentemente também aparece no nome da matriarca), descobre sobre a morte da avó, subitamente se sente assistida e visitada por parentes que sequer conhecia, e cujas histórias só ouvira. A herança das histórias contadas, que sobrevivem e ultrapassam as gerações, aparece mais uma vez como o traço fundador da literatura de Conceição Evaristo. A presença da ancestralidade na obra da escritora também fica evidente no poema *Vozes-mulheres*, da coletânea *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017):

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

O eco da vida-liberdade (EVARISTO, 2017, p. 24-25)

Conforme a autora afirma na entrevista ao Roda Viva (2021), a escrita de mulheres negras busca marcar ou explicitar uma trajetória da comunidade afrodiaspórica que a história e a ciência costumam desprezar. A ancestralidade então assume um caráter de resistência dentro da literatura, e deixa de ser apenas o conjunto de características físicas que faz com que um grupo reconheça sua origem comum. “Eu vejo essa escrita como um ato de resistência e de nossa fundação como pessoas, como sujeitos na nacionalidade brasileira. A literatura nos coloca muito mais na nacionalidade brasileira do que a ciência histórica”, detalha Conceição durante o programa¹¹.

Em *Becos da Memória*, a autora conta que buscou escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida e, neste sentido, começa a traçar o que chamou de *Escrevivência*. “No fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi *minha e dos meus* (grifos nossos). Escrever Becos foi perseguir uma *Escrevivência*. Por isso, também busco a minha própria narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha” (EVARISTO, 2019, não paginado), descreveu.

É possível dizer, portanto, que a obra de Conceição borra os limites entre ficção e realidade, uma vez que, nas palavras da autora, para escrever é preciso ir na alma da história e dos acontecimentos. É preciso revirar a própria alma. Essa linha de pensamento, contudo, abre espaço para a questão: é plausível afirmar que, em suas obras, a escritora apresenta a criação de diversas mulheres ficcionais? Ou seriam, na verdade, todas elas uma mesma mulher, descoberta e reinventada na literatura?

Em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), livro em que Conceição Evaristo reconta histórias que ouviu pessoalmente de outras mulheres, fica claro que todas as personagens carregam um pouco de sua própria história. Ou seja, a *Escrevivência* é o comprometimento da vida pela escrita, e o comprometimento da escrita com a própria vida.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw>. Acesso em 5 de novembro de 2022

Ao ouvir os relatos de outras mulheres, e organizar as narrativas em uma coletânea literária, Conceição se apropria dos acontecimentos e, como *testemunha*, constrói uma nova história. Para o pesquisador Jaime Ginzburg, da Universidade de São Paulo (USP), o testemunho é primeiramente um lugar de enunciação, e não pode ser dissociado da posição social ocupada por aquele que conta a história. No caso da literatura de Conceição Evaristo, a autora parte das suas identidades de mulher e mulher negra. Também é possível pensar o testemunho como uma forma de fazer com que os mortos não sejam esquecidos. Segundo o crítico literário Márcio Seligmann-Silva, embora o termo tenha sido cunhado no campo do direito, a palavra “testemunha” é constantemente associada ao indivíduo que sobrevive para contar a história de um grupo (apud GINZBURG, 2015, p. 2) — o que está diretamente relacionado ao aspecto ancestral da obra de Evaristo. O trabalho de Conceição Evaristo ainda transborda a percepção que ela, como ouvinte, tem sobre os relatos, seja na escolha do ângulo, de quem ela escuta e não escuta, da ordem dos textos no livro e do que é evidenciado ou silenciado. A *Escrevivência*, portanto, também se constrói na interação entre o texto e o autor. Ouvir, ruminar e reescrever todas aquelas histórias, em sua maioria de mulheres negras como ela, certamente afetou também a vida de Conceição Evaristo. É o que fica claro no prólogo do livro:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto, estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. (EVARISTO, 2011, n.p.)

Em um dos contos da obra, Conceição ouve a história de uma mulher com deficiência visual e fecha seus próprios olhos para o exercício da escuta. Outro relato, o primeiro da coletânea, já é doloroso o suficiente para terminarmos a leitura completamente transformados. O texto reconta a história de uma mulher chamada Aramides Florença, que relembra a vinda de seu primeiro filho ao mundo. Conceição define a mulher como “sua igual”, logo nas primeiras linhas. No dia da visita, Aramides estava sentada em uma pequena cadeira de balanço e trazia, no colo, um bebê que aparentava ter cerca de um ano. A mulher conta que a gestação foi muito celebrada por ela e por seu companheiro da época, a quem se refere apenas como “o pai de Emildes” ou como o pai de seu filho. No momento em que ela conta o episódio, faz mais ou menos um ano que ele foi embora.

Apesar da gestação desejada e celebrada no início, o homem já manifestava certa inquietação com o filho que estava por vir nos últimos meses antes do parto. Em um dia comum, queimou a barriga da mulher com um cigarro. Em outra ocasião, deixou uma lâmina de barbear onde ela se deitava, o que acabou provocando um corte no ventre. O marido de Aramides não havia pensado que ela jamais pertenceria apenas a ele de novo. A chegada de um filho simbolizava a emergência de um amor maior. Logo nos primeiros dias de vida do menino, o homem violenta Aramides. E vai embora.

Outro traço importante da *Escrevivência*, evidenciado em *Insubmissas*, é o seu caráter inventivo. Seria possível recordar cada detalhe das histórias que ouvimos outra pessoa nos contar? Conceição acredita que não. Sempre que uma história é contada, há um espaço vazio, no qual explode a invenção de quem conta. Na perspectiva de Rolnik e Guattari (1996), por outro lado, também é possível justificar que o próprio exercício da percepção está contaminado pela subjetividade. Portanto, não haveria como deixarmos de modificar as histórias que ouvimos e tentamos recriar. Até mesmo a forma como escutamos e os detalhes aos quais destinamos maior atenção estão comprometidas.

Em outras palavras, toda história contada é um pacto entre quem vive e quem relata. Entre a palavra e o acontecimento, algo se perde e por isso se acrescenta. Na escrita, essa distância entre a experiência e o testemunho se aprofunda ainda mais, justamente pela ausência da oralidade — que, para a autora, jamais pode se acomodar nos limites do texto escrito. “Invento? Sim, invento sem o menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas”, escreve Evaristo (2011, n.p.).

É interessante pensar que, pela perspectiva da *Escrevivência*, as histórias contadas por Conceição não poderiam ser contadas de outra forma. Seus personagens, ao mesmo tempo, jamais poderiam ser outros personagens. Nos diversos contos que compõem a coletânea *Olhos D'água*, não seria verossímil acreditar que outras pessoas enfrentariam as dores ali revividas. Se fosse uma mulher branca, Maria seria mesmo linchada depois de ser a única passageira a escapar de um assalto dentro do ônibus? O menino Di Lixão, se nascesse em outra parte da cidade, em outra família, seria assim tão sozinho? Lumbiá seria perseguido por segurar o menino Jesus do presépio da loja, caso fosse um menino branco de roupas limpas e bem passadas? Se não Conceição, quem escreveria essas histórias?

3.2.2 O processo de singularizar

Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) escrevem que a relação dos indivíduos com a subjetividade alterna entre dois extremos. Em certos momentos, eles se submetem aos sistemas de representação e significação, que são aceitos exatamente da forma como são consumidos. Contudo, há casos em que os indivíduos criam brechas na subjetividade a partir de um devir automodelador. Trata-se de uma relação de expressão e criação, pela qual é possível inventar outras formas de existir no mundo, o que os autores denominaram processos de singularização.

Há sempre um esforço das instituições da sociedade capitalista para tentar eliminar a criação e os pensamentos dissidentes, enquanto domesticam e minam qualquer potencial insurgente da subjetividade. No entanto, a tentativa de controle social colide com fatores de resistência consideráveis, que são processos de diferenciação permanente chamados de “revoluções moleculares”. Ainda segundo Rolnik e Guattari (1996), o que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais (p. 45).

É possível compreender a literatura de Conceição Evaristo como um movimento de recusa ao processo de subjetivação capitalista, porque busca estabelecer uma nova forma de percepção sobre o mundo. Por exemplo, ao olhar para o menino no Amarelinho, em primeiro lugar, a escritora verdadeiramente reconhece sua humanidade. Ela entende o quão violento é para uma criança não ter alternativas possíveis, salvo vender amendoim nas ruas. Conceição percebe que aquela dor é a mesma dor de muitos outros meninos, também pobres, negros e marginalizados; assim inventa — ou reinventa — Di Lixão. Em nenhum momento ela olha para aquele menino e vê um possível marginal; vê alguém cuja vivência fez nascer o ímpeto de contar uma história que acredita dever ser conhecida. Há dois outros exemplos presentes na obra de Conceição Evaristo que considero pertinentes para a contextualização do termo singularização.

O primeiro é *Ponciá Vicêncio* (2019), o romance sobre uma mulher de mesmo nome. Evaristo traça a história da personagem desde seu nascimento até a vida adulta, atentando com cuidado especial às relações criadas entre o passado e o presente, as lembranças e a existência cotidiana. “Ponciá é uma pessoa que, como o avô, foi acumulando partidas e vazios até culminar numa grande ausência” (EVARISTO, 2019, p. 13), descreveu Maria José Somerlate Barbosa no posfácio do livro. O romance, conforme explica Barbosa, explora com profundidade as sucessivas perdas de Ponciá, até chegar ao momento em que a personagem se distancia de si mesma. “Analiso tal fato como uma consequência de grandes abalos

emocionais, de profundas ausências e vazios, mas também como o resultado de fatores sociais (extrema pobreza, desamparo e injustiças sociais) que levam a situações extremamente estressantes” (SOMERLATE, 2019, p. 113) detalha.

Destaco a obra como um indício de que Conceição inaugura um processo de singularização em sua escrita, inventando novas formas de existir no mundo, porque o romance *Ponciá Vicência* rompe com maniqueísmos aos quais nos agarramos para tentar simplificar a complexidade das relações sociais — céu e inferno, bem e mal. Os personagens de Conceição Evaristo não são essencialmente definidos como representantes plenos do mal ou do bem nas histórias. Cada pessoa inventada ou reconstruída na ficção carrega as incongruências dos seres humanos que existem fora da literatura. É o caso do marido de Ponciá, que a agride algumas vezes no decorrer do livro. A violência jamais é justificada, mas Conceição relaciona o comportamento do homem a componentes de exclusão social, que o colocam como uma vítima do mesmo sistema que causa dor a Ponciá. Conceição apresenta os traços violentos para complexificar o personagem, não para encaixá-lo em uma categoria.

Diversos personagens de *Olhos D'água* (2019) apresentam as mesmas características, como em *Maria*. O conto se desenvolve enquanto Maria volta para casa, feliz com as frutas que sobraram de um jantar da madame para quem trabalha. Ao entrar no ônibus, vazio, um homem senta a seu lado. Maria logo reconhece aquele que a acompanhava na viagem. Era o pai de seu filho, o homem que amava e do qual sentia saudades:

O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem se virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia. Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E, logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida. (EVARISTO, 2019, p, 41)

É através da literatura que a autora nos tira do senso comum, segundo o qual faria sentido pensar no homem ao lado de Maria como alguém indigno de empatia. No entanto, a partir da criação de novas referências de sentido e significação, Conceição Evaristo se torna capaz de fundar outras cartografias. A literatura de Conceição é capaz de causar desconforto e dificultar a nossa percepção, também a partir do que Chklovski (1917) chamou de *estranhamento*.

Sempre que chegamos em algum lugar pela primeira vez, percebemos os espaços e objetos com atenção especial. Assim fazemos para nos sentirmos mais adaptados e atenuar a sensação de estranhamento por estarmos em um ambiente novo, ou que não somos capazes de reconhecer. Mas todas as coisas que nos chamam atenção de imediato começam aos poucos a deixar de produzir o mesmo efeito. Conforme aquele lugar se torna parte da nossa rotina, deixamos de reparar nos detalhes e assumimos um olhar automático, mecânico, já que todos os elementos do ambiente foram reconhecidos. O processo de automatização acontece de forma inconsciente, justamente por ser uma consequência do costume e da repetição, e limita a nossa capacidade de percepção — tanto o tempo que destinamos a ela, quanto o total de informações que nos permitimos captar. O reconhecimento do cotidiano se dá de forma automática. Assim acontece com o consumo de informações na mídia, por exemplo. Estamos acostumados a ler notícias que estigmatizam grupos sociais. Neste sentido, o *estranhamento* é o efeito que a arte causa em nós e que nos torna capazes de suspender por um tempo, ao menos, o modo automático de perceber o mundo. Os objetos diante de nossos olhos (que percebemos, mas não vemos com clareza) se tornam livres, novos. A arte permite que conheçamos novas dimensões, que são visíveis apenas pelo prisma estético. Assim o faz Conceição Evaristo.

4 A IMPARCIALIDADE EM QUESTÃO

A parte final do projeto segue uma cronologia própria, diferentemente dos capítulos iniciais, que se interligam de forma mais evidente e apresentam conceitos mais detalhados, entrelaçados. Em primeiro lugar, pretendo explicar como surge e por qual razão é criado o paradigma da imparcialidade do jornalista, cunhado na transição entre o jornalismo de sensações e o jornalismo profissional. Não nos interessa uma descrição minuciosa ou um estudo aprofundado sobre a origem do mito da imparcialidade. Não há muito o que se demarcar além do contexto em que é criado. As notícias passam por inúmeras transformações ao longo dos séculos, essencialmente relacionadas a distintas realidades históricas. Não temos espaço ou motivos que justifiquem estudo tão aprofundado, já que tratamos apenas da imparcialidade.

Em seguida, a proposta é apresentar o conceito de notícia e revelar as relações possíveis entre fato e acontecimento na perspectiva de Muniz Sodré. O entendimento do autor é fundamental para desconstruir a pretensa neutralidade da imprensa, porque evidencia a fragilidade do mito da imparcialidade. Como essa discussão já foi feita, apenas a retomamos de forma sintética para a introdução de uma nova perspectiva, pautada no conceito de *Escrivência* e na produção de subjetividade.

4.1 Em que contexto é criado o mito da imparcialidade?

Considerada a maior referência em história do jornalismo no Brasil, a pesquisadora Marialva Barbosa dedicou dois livros inteiros a estudar os rumos que a imprensa brasileira seguiu nos últimos séculos. Contudo, recuperar os primeiros jornais impressos não é um esforço necessário para discutir a mítica da imparcialidade, assim como é dispensável resgatar as particularidades que caracterizam o jornalismo nos primeiros anos do século XX. Neste trabalho, apenas iremos nos debruçar sobre o período que antecede o surgimento do modelo da neutralidade editorial e o momento em que as mudanças nos padrões de notícia ocorrem.

Em primeiro lugar, a década de 1920 marca a consolidação do jornalismo de sensações. Os crimes e a descrição pormenorizada dos acontecimentos trágicos eram fundamentais para o modelo editorial da imprensa, motivo pelo qual se popularizou dizer que pingava sangue ao espremer os jornais publicados no início do século. Segundo Barbosa, o estilo da notícia tentava mesclar os gêneros que o precederam (o melodrama, os folhetins, as crônicas) e produzia uma espécie de encenação do mundo. Como pensava Nelson Rodrigues

(apud BARBOSA, 2007, p. 136), as notícias sobre eventos brutais apareciam nos jornais diários com um dramatismo que tentava imitar a “própria vida” e neste sentido apresentavam a descrição mais próxima possível da realidade.

Retomar os aspectos da imprensa brasileira nesse período é relevante porque a ideia da imparcialidade surge nos anos 1950, justamente como uma alternativa para superar o modelo sensacionalista da notícia. O movimento de ruptura foi marcado pela ingerência dos ideais de modernização e desenvolvimento tecnológico que estavam em alta no Brasil, o que levou a imprensa a renunciar a suas raízes na literatura. Naquele momento, a tentativa era tornar o campo jornalístico autônomo, com a adoção de novos parâmetros editoriais: texto impessoal, informações atribuídas apenas a fontes, limitação de palavras por notícia e, sobretudo, a objetividade.

Ao mesmo tempo, o país importa dos Estados Unidos os modelos de lide e da pirâmide invertida, em que o critério de seleção e organização da notícia segue do fato mais importante para os aspectos mais dispensáveis. Também nesse período, diversos autores começaram a elaborar os manuais de redação, que ditavam regras de estilo e conduta com base em um princípio comum: a objetividade e pureza dos fatos. A partir de então, explica Barbosa, os jornais, ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço da neutralidade absoluta.

Outro aspecto importante é que os novos parâmetros de redação, em renúncia ao estilo melodramático, procuraram construir a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a legitimidade da profissão. Como explica Ana Paula Goulart Ribeiro (apud Barbosa, 2007), a modernização dos jornais representou a instauração de um lugar institucional que permitiu à imprensa enunciar os acontecimentos de forma oficial, como o registro do fato por excelência. O jornalismo se afirma como fala autorizada em relação ao real. Ou seja, a mítica da objetividade é “fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (RIBEIRO apud BARBOSA, 2007, p. 150).

Já segundo Moretzsohn, é a partir desse ideal da objetividade e imparcialidade que o jornalista consegue preservar sua prática profissional, constantemente atravessada por pressões políticas e econômicas — ao menos em teoria. Protegido e guiado por uma suposta verdade dos fatos, o repórter aparenta o que não é (alguém que influencia os próprios acontecimentos) e assegura o seu lugar como autoridade independente, capaz de fiscalizar os atos do governo (apud PEREIRA, 2004). Por outro lado, Barbosa destaca que os ideais da imparcialidade sempre constituíram, na verdade, um movimento de romantização da imprensa

por seus próprios representantes, ao implementar a imagem peculiar dos jornalistas como intérpretes isentos e objetivos do mundo social. Ainda segundo a pesquisadora, a construção da imagem de independência e imparcialidade serve ao propósito de proteger os jornais, embora os mesmos atuem em função de objetivos específicos ao se atrelarem a um ou outro grupo político. Paralelamente, a capacidade de tornar visível e oficial aquilo que poderia permanecer como experiência restrita representa um poder considerável, constitutivo do que conhecemos como senso comum:

A publicação é um ato de oficialização, por excelência, que legaliza, pois implica divulgar e desvendar algo para o público e, ao mesmo tempo, na sua homologação, através do consenso de todos para quem se revelou. Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder. E nada mais condizente com o momento social da década de 1950 do que transformar mais do que em porta-vozes da modernização, mas em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no discurso com que referendam esse processo. Nada melhor também para conseguir audiência do que divulgar ao extremo que produzem um discurso que apenas espelha o mundo. E conseguir audiência é sempre conseguir poder (BARBOSA, 2007, p. 153)

4.1 O que é notícia, fato e acontecimento?

No início de 2022, ao ingressar no programa de estágio da Editora Globo, responsável pela publicação de jornais como O Globo, Extra e Valor Econômico, ouvi dizer com certa frequência que encontrar pautas e temas para reportagens é uma tarefa instintiva. O verdadeiro jornalista saberia apontar, dentre os mais variados acontecimentos, aquele que é merecedor de virar manchete no noticiário. Assim como os principais veículos de imprensa no Brasil e no mundo, a academia também encontra grandes dificuldades em estabelecer um conceito sobre o que é ou sobre como identificar a notícia. Muitos pesquisadores e manuais de redação seguem se dedicando a explicar como a notícia *deve ser*, e não o que ela *é* verdadeiramente.

4.1.1 Barreiras conceituais: como a notícia *deve ser*

É comum relacionarmos a notícia a um fato novo, excepcional, importante e de grande interesse público. Segundo Muniz Sodré (2012), outras terminologias também são possíveis, como relevância, intensidade, impacto, atualidade e proximidade. O autor ainda apresenta os

valores identificados por Galtung e Rose, dentre os quais se destacam a clareza, evidenciando o caráter objetivo e quase etéreo do jornalismo, e a imprevisibilidade (p. 21). Uma manchete hipotética muito comum entre os profissionais da imprensa é evocada por Sodré como exemplo: Cão da raça pitbull foi atacado e mordido, ontem, em plena praia de Ipanema, por um homem de meia idade. A sentença ilustra o interesse público por notícias que invertem a lógica do acontecimento, quando a relevância se justifica pela anomalia do episódio — o homem mordeu o cachorro, e não o contrário.

Na prática, conforme explica Muniz Sodré, os aspectos que justificam o modo como se constrói uma notícia, assim como a noticiabilidade de um fato determinado, ainda podem variar de acordo com o local do acontecimento, o nível de reconhecimento social das pessoas envolvidas, as circunstâncias da ocorrência, sua importância pública e a categoria editorial do meio de comunicação (SODRÉ, 2012, p. 21). A citação é corroborada por um estudo de caso feito pelos pesquisadores Josenia Antunes Vieira e João Victor Rocha, da Universidade de Brasília (UnB), a partir de duas notícias do portal G1. O critério de seleção para os textos se deu através de buscas online pelos termos "jovens de classe média são presos com maconha" e "traficante é preso com maconha". A intenção dos autores era selecionar notícias de caráter policial que representassem justamente a dicotomia entre jovens de classe média e a figura do traficante. O estudo concluiu, em grande parte, que o padrão das notícias criminais veiculadas na mídia de massas diferencia os criminosos por classe e “apresenta o jovem de classe média como sujeito, com nome e rosto, enquanto continua a identificar o jovem da periferia como tipo criminal” (ROCHA; VIEIRA, 2018, p. 60).

4.1.2 Reflexões sobre narrativa, fato e acontecimento

Ainda na tentativa de trazer alguma luz para o debate sobre o que seria a notícia, Muniz Sodré (2012) apresenta alguns autores interessantes para ampliar a discussão, em primeiro lugar, sobre o que seria o acontecimento, conceito que estabelece uma relação também com o sentido de narrativa. Para Blanchot, a narrativa é o lugar onde o acontecimento é chamado a se produzir. A narrativa seria, portanto, a função de criar sentidos e de elaborar o próprio acontecimento a partir do olhar de quem narra. Nesta perspectiva, o que se pensa sobre o acontecimento, no momento em que ele é representado, predomina sobre o que realmente acontece. A narrativa independe, portanto, do acontecimento ser ou não ficcional. Já pelo entendimento de Genette, a narrativa é o mesmo que um enunciado ou apenas o

discurso que transmite o acontecimento. Consequentemente, a notícia seria o texto produzido com base apenas em um evento que existe ou acontece. Na reportagem ou na notícia, o acontecimento *deve* ser verídico e obedecer ao conjunto de técnicas correntes na profissão.

No entanto, surge a questão: o que é o acontecimento, conceito ao qual todos os autores se referem? Para compreender o fenômeno do acontecimento, é necessário retroceder e analisar o que seria o fato. Muniz Sodré (2012) explica que o fato impõe uma relação já estabelecida entre *coisas*, ou seja, entre objetos e fenômenos que resistem ao olhar do indivíduo. Por ser invariável, a maçã é uma coisa. Independentemente da perspectiva de qualquer pessoa, uma maçã continua sendo uma maçã. É também verdade que maçãs caem de uma outra coisa, a árvore. Essa relação é um *fato*. Ou seja, os aspectos que constituem o fato podem ser igualmente compreendidos de forma separada, mas o fato só é possível pela conexão entre mais de um objeto.

Há uma lenda popular que diz que, ao estar sentado debaixo de uma macieira, o cientista Isaac Newton descobriu a gravidade no momento em que uma maçã despencou em direção ao topo da sua cabeça. A queda da maçã, neste momento, deixa de ser um fato e se torna um *acontecimento*, justamente pelo novo sentido que assume. Conforme explica Mouillaud, o acontecimento é “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, ou seja, o conceito do fato” (apud SODRÉ, 2012, p. 33).

De acordo com Muniz Sodré, sem sujeitos de percepção, o acontecimento não pode existir. Além disso, o enquadramento da mídia e da imprensa é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e elabora o acontecimento. É possível dizer, na perspectiva do autor, que o jornalista é o mediador entre a realidade e suas possíveis representações discursivas. Através do que chamamos de notícia, o profissional da imprensa contextualiza o acontecimento, reproduzindo as suas relações de causalidade e condicionamentos históricos.

No entanto, é interessante lembrar o argumento de Arquembourg, segundo o qual os acontecimentos, na verdade, resultam de um trabalho coletivo, que inclui também a participação de outros atores, além do jornalista. Nas palavras de Sodré:

os jornalistas são apenas uma das várias categorias de atores mobilizadas para a determinação dos fatos e sua posterior transformação em acontecimento midiático. Além deles e de suas audiências, há principalmente um público, que pode ser entendido como uma “ideosfera”, em que os indivíduos particularmente atentos ao que se torna visível na cena de um espaço público, tomam posição e se comprometem com uma causa coletiva qualquer. Diferentemente de uma audiência, portanto, o público constitui-se, ainda que provisoriamente, em um sujeito coletivo e pode difratar-se ou diversificar-se em torno de experiências variadas (SODRÉ, 2012, p. 39-40)

Para justificar que o acontecimento é uma construção coletiva, extrapolando a técnica profissional do jornalista, o pesquisador relembra o caso dos atentados terroristas contra as Torres Gêmeas. Em 11 de setembro de 2001, dois aviões foram lançados contra as torres do World Trade Center, na ilha de Manhattan, em Nova York, Estados Unidos. Na época, foram os atores institucionais que ditaram o tom da cobertura da mídia e fizeram o “direcionamento semântico do acontecimento” a partir das fontes oficiais citadas nas reportagens, assim como toda uma série de atores do direito internacional, como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Ou seja, o enquadramento do fato pelo discurso jornalístico resultou de um “amplo consenso entre atores extramidiáticos, que bem podem ser vistos como personagens de um enredo em busca de verossimilhança” (SODRÉ, 2012, p. 41). Para Muniz Sodré, o poder do jornalista está em sua *exposição* ao acontecimento, mas é na notícia que se cruzam as diversas táticas de poder da sociedade civil em sua luta pela hegemonia das representações. Produz-se a notícia com a pretensão de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato, dado que:

Por mais veraz que seja, a representação dos fatos põe em jogo crenças ou pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade. De tal modo, o discurso não é meramente informativo, mas também autoconfirmativo, gerador de uma circularidade capaz de modificar os fatos que são objeto da informação. O discurso da informação pública torna-se, em consequência, operativo e performativo, ampliando a circularidade: a enunciação faz o que o enunciado diz. Dá-se, assim, a profecia autorrealizadora, ou seja, uma suposição ou ou predição que, só pela única razão de ter sido feita, converte em realidade o fato suposto, esperado ou profetizado e, desta maneira, confirma a sua própria "objetividade" (SODRÉ, 2012, p. 39)

4.1.3 A notícia

No geral, o fato jornalístico representa uma ruptura da previsibilidade cotidiana. Na sequência ao acontecimento, o jornalista passa a buscar um sentido para ele, que se materializa na notícia. Segundo Muniz Sodré, a notícia é uma forma de naturalizar e explicar o inesperado. É também um relato em formato narrativo sobre o acontecimento que *foi* ou *será* inscrito na trama das relações cotidianas de uma realidade histórica. É possível afirmar, então, que as notícias não apenas representam e transmitem aspectos da realidade, mas são capazes de produzir uma realidade própria (SODRÉ, 2012, p. 24).

Borelli (s. d.) explica a afirmação do pesquisador com mais detalhes ao argumentar que o jornal estampa na capa as chamadas consideradas mais importantes, deixando os demais temas para a parte interna, em segundo plano. Através dessas definições editoriais, a imprensa hierarquiza os sentidos. Ao ler as matérias publicadas no impresso ou que estão listadas na *home* do site de um jornal, o leitor infere a quais acontecimentos deve dedicar maior atenção. Caso as manchetes sempre ilustrem notícias de caráter policial, com criminosos sendo presos ou perseguidos pela polícia, o consumidor passa a compreender sua realidade pela perspectiva do medo. O convívio em sociedade se torna arriscado, podendo inclusive justificar decisões como a de comprar uma arma para se proteger dos “marginais”.

Sodré também argumenta que o episódio denominado acontecimento ou fato jornalístico é apenas um fato marcado, ou seja, o evento que pode ser considerado mais relevante para a informação pública do que os demais. É o caso de notícias como o exemplo a seguir, publicado no site do jornal Extra na manhã do dia 21 de novembro de 2022: “Dívidas: veja como obter até 99% de desconto com bancos, lojas, contas de água, luz e gás”¹². Embora não traga novidades, o texto tenta físcar o leitor (consumidor) a partir de uma informação que seria importante para ele. O público do jornal *quer saber* informações sobre decisões judiciais que podem afetar a vida cotidiana, quantas vagas de emprego temporárias estão se abrindo para o final do ano e quais regras devem mudar no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). São notícias que não necessariamente interrompem a linearidade previsível do cotidiano, mas continuam chamativas. Nas redações, classificamos essas matérias como textos de serviço.

Muniz Sodré (2012) argumenta, portanto, que vários motivos podem justificar a marcação de um acontecimento, dentre os quais se destaca a possibilidade de construir uma narrativa. A escolha por um determinado fato como sendo o que merece maior visibilidade se dá por meio da particularização de um caso isolado capaz de proporcionar uma boa história (p. 77). O autor ainda aborda um caso interessante para justificar que não só a notícia é escolhida a dedo, mas igualmente todos os seus elementos, como a fotografia. Para exemplificar, Sodré retoma a campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos em 2008:

Em meio à diversidade de argumentos e proposições dos dois principais oponentes democratas (Hillary Clinton e Barack Obama), chamaram

¹² Disponível em:

<https://extra.globo.com/economia-e-financas/dividas-veja-como-obter-ate-99-de-desconto-com-bancos-lojas-contas-de-agua-luz-gas-25612003.html>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

fortemente a atenção de observadores duas imagens contrastantes numa primeira página de jornal (O Globo, 09/01/2008): a primeira, no Quênia, a avó de Obama, que debulhava milho numa aldeia de seu grupo étnico; a segunda, nos Estados Unidos, Hillary, chorando de emoção. As duas imagens são noticiosas, porque singularizam — num tempo e espaço localizados, dando margem à narrativa das diferenças entre o localismo queniano e o cosmopolitismo americano — o fato do embate pré-eleitoral entre candidatos de um mesmo partido (SODRÉ, 2012, p. 77).

As imagens adicionam uma nova camada de interpretação. Por seu aspecto visual, conferem ainda mais credibilidade ao formato da narrativa que o jornalista *tenta emplacar como fato*. No exemplo citado, foi a partir daquelas fotografias que os leitores passaram a inferir qualidades, defeitos e atributos mais gerais em relação aos dois principais candidatos democratas.

Cabe ressaltar que o contato do leitor com a notícia não é uma via de mão única. Além do jornalista não ser o único ator envolvido no processo de construção do acontecimento, como já detalhamos aqui, nenhuma mensagem é recebida pelo público de forma passiva. Para Nilson Lage (1987), a notícia envolve atividades de inferência, de escolha de sentidos e de percepção, que podem variar conforme o contexto da enunciação, o enunciado (o que vem antes, o que vem depois) e a memória de cada receptor (p. 11). Enquanto Muniz Sodré se dedica a uma explicação mais conceitual sobre notícia, Lage realiza um estudo mais minucioso sobre a construção estrutural do acontecimento na imprensa. O pesquisador define a notícia como o relato de uma série de fatos a partir do mais importante ou interessante, sendo cada fato descrito também a partir de seu aspecto mais importante ou interessante, de acordo com o parecer do jornalista. Lage elenca três fases do processo de produção da notícia. Primeiro, o jornalista seleciona os eventos. Ou seja, ele *faz uma escolha* sobre o que retratar, mas também sobre *como* retratar. A narrativa nunca comporta toda a história de um fato: há aspectos que ficam de fora justamente por não serem tão relevantes para a determinação do clímax daquele evento, o ponto mais importante da história.

Depois, explica Lage (1987), cabe ao jornalista elencar os aspectos mais importantes do acontecimento para estar no alto da página, a parte mais imediata da leitura. Afinal, no jornalismo, não existe a máxima de que o melhor sempre fica para o final. Os demais componentes do texto “vão aparecer em ordem determinada pela motivação do principal, transformados em circunstâncias dele, como se fossem explicações” (p. 15). Por fim, as palavras usadas ou a nomeação também integram o escopo de trabalho do jornalista. O jornalista *atribui valor* à notícia a partir da sutileza dos termos utilizados. O autor usa um exemplo em que alguém se deparou com um defunto ao acordar de manhã. Usar a palavra

“corpo” seria pouco específico, enquanto “defunto” tiraria parte do drama que o jornalista quer transmitir na narrativa.

É justamente por essa junção de fatores que Ciro Marcondes Filho (1989) afirma que a notícia se apresenta ao receptor como um pedaço da realidade, de onde é extraído apenas o fato específico que deu origem ao acontecimento. Ao mesmo tempo, para o pesquisador, a notícia estabelece certo jogo psíquico com aquele que a consome. Por vezes, ler o noticiário causa preocupação, como ao assistir dia após dia apenas aos programas de jornalismo policial, destinados a escrutinar cada detalhe das piores tragédias da humanidade. Trata-se de uma narrativa destinada a causar medo, fazendo com que as pessoas não queiram sair de casa e retornem no dia seguinte para se emocionar vendo as repercussões, que muitas vezes incluem uma programação repleta de ódio e lágrimas daqueles que perdem alguém para “vagabundos” (termo muito usado para se referir a criminosos em programas do gênero). Mas há outros casos em que a notícia traz alívio e descontração, como descobrir os finais mais felizes em histórias de feiras de adoção para filhotes ou reencontros entre familiares que não se encontravam há décadas. Embora as notícias isoladamente nem sempre tenham esse caráter emocional, o noticiário manipula o duplo caráter do acontecimento. Nas palavras de Marcondes Filho:

Trata-se da dialética da atemorização e da tranquilização, que compõe o fato noticioso. Não muito diferente das produções culturais, que fazem parte do *sistema imaginário* (grifo do autor) [...], onde este confronto é bem atenuado e disfarçado, de "realidade diferente da nossa", as produções do *sistema realidade* (dimensão da programação preenchida por noticiários, documentários, debates políticos, econômicos, resenhas) comportam momentos que lançam preocupações no mundo do receptor, deixam-no incomodado, angustiado e até mesmo, em alguns casos, aterrorizado, ao lado de momentos que o relaxam, que o distraem, que o confortam. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 14)

No mais, Ciro Marcondes Filho (1989) discorda dos demais autores quanto à notícia ser o acontecimento inesperado. Para ele, a notícia não seria o acontecimento anormal, mas o episódio destoante que interessa aos jornais noticiar. Uma embriaguez, por exemplo, só é notícia se estiver relacionada a personagens que desagradam os interesses econômicos das grandes corporações de mídia ou representam poderes que o jornal pretende combater. “O extraordinário, na imprensa séria, só vira notícia quando pode ser utilizado como arma no combate ideológico”, explica (p. 13). O autor ainda faz uma reflexão importante — que Sodré não deixa de mencionar, embora não a aprofunde — sobre o aspecto da notícia enquanto

produto, algo que deve render lucros para os donos e acionistas dos principais veículos de mídia:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13)

4.2 A Escrivência como contestação da mítica da imparcialidade

Embora os conceitos de fato, acontecimento e narrativa já estabeleçam claros limites à mítica da imparcialidade, a proposta do trabalho é apresentar uma nova forma de encarar a problemática da neutralidade na imprensa. É importante destacar que, nesta última seção do texto, a *Escrivência* desempenha a função de metodologia, a partir da qual vamos questionar a imparcialidade no campo do jornalismo, o que não significa dizer que toda notícia deva ser produzida conforme os critérios estabelecidos por Conceição Evaristo. Há muitas semelhanças entre o texto informativo e a prática da *Escrivência*, como é o caso do lugar de testemunha assumido tanto pelo autor, quanto pelo jornalista.

4.2.1 A *Escrivência* seria uma prática intrínseca ao contar histórias?

Mesmo que o jornalista nem sempre presencie o desenrolar dos fatos, é função da imprensa buscar fontes e personagens para tentar recriar em detalhes o episódio selecionado. As particularidades reunidas constituem então o discurso sobre o acontecimento, que confere veracidade ao relato. Em contrapartida, Conceição Evaristo é testemunha da história do grupo com o qual compartilha um senso de ancestralidade. Ou seja, um grupo com o qual ela mantém uma relação de *identificação* e pertencimento. Em certos momentos, Evaristo se apropria dos fatos vivenciados por seus pares para sustentar a narrativa do acontecimento. Como testemunha — aquela que sobrevive e conta as vivências do grupo —, assegura a veracidade ou a verossimilhança dos eventos contados: essa história, se não comprovadamente verdadeira, ao menos poderia sê-lo. Evaristo parte de suas identidades

como mulher e pessoa negra para enunciar uma história ancestral, que é indissociável dos lugares que ocupa na sociedade.

Nos dois casos, a experiência da escuta está relacionada aos estímulos da percepção, que por sua natureza estão contaminados pelo que Suely Rolnik e Félix Guattari (1996, p. 27) chamaram de produção de subjetividade. Da mesma forma como explicado pelos autores, através da linguagem da informática, evidentemente um indivíduo funcionaria como um terminal que se encontra na posição de consumidor da subjetividade. Ou seja, todos nós consumimos sistemas de representação, de sensibilidade, que nada têm a ver com categorias naturais universais. No caso da *Escrevivência*, a relação estabelecida é de negação, como detalhado no capítulo anterior, criando novos referenciais e inaugurando uma outra forma de existir no mundo. Como a subjetividade não se situa no campo individual, mas no campo de todos os processos de produção social e material, existe a possibilidade de os grandes veículos de mídia se associarem aos sistemas de significação hegemônica, reproduzindo os mecanismos de controle social. Mas há casos em que a imprensa pode ser emancipatória, aproximando-se ainda mais do que entendemos como um dos traços fundamentais na *Escrevivência*. Um exemplo evidente é a matéria intitulada “Deixei virgenzinha pra você”, da jornalista Bruna de Lara, veiculada no site The Intercept Brasil em 10 de setembro de 2018. A reportagem conta a história de uma mulher submetida a um procedimento de episiotomia (corte cirúrgico na região do períneo) durante o parto. Apesar de ser largamente contestado por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a incisão ainda é muito comum no Brasil. No caso relatado pela jornalista, ao dar mais pontos do que o necessário para fechar o corte, o médico se dirigiu ao marido da mulher dizendo: “deixei virgenzinha para você”. A reportagem questiona a naturalidade com a qual afirmações como essa são aceitas na sociedade brasileira, o que fica claro logo no início do texto:

O corte abaixo da vagina veio sem aviso. A dor que invadiu o corpo de Cema Alves, que paria o segundo filho, era absurda. E, mal havia dado à luz, veio a fígada da agulha. Sozinha na sala de parto, ela conta ter ouvido um diálogo entre uma enfermeira e o médico Humberto Keiji. “Ela perguntou: ‘Doutor, vai fazer o [ponto] do marido?’ Ele falou: ‘Vou fazer dois pra garantir’”, lembra. O médico deu dois pontos além do necessário para fechar o corte feito na sua vagina. O resultado? A deixou “apertadinha” para aumentar o prazer de seu companheiro no sexo (DE LARA, 2018)¹³

Depois de descrever o procedimento, e todos os questionamentos que a comunidade

¹³ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/10/pontodomarido>. Acesso cesso em: 3 de dezembro de 2022

sustenta em relação a ele, Bruna de Lara afirma ter conversado com seis mães para a reportagem. Todas elas “tiveram suas vidas sexuais arruinadas pela dor e pela ardência que sentiam durante o sexo após a costura *machista* (grifo nosso)”, escreve a repórter. O uso do termo *machista* marca justamente o caráter da matéria no sentido de questionar a validade de um procedimento normalizado no Brasil, apesar da dor que causa em mulheres brasileiras. No mais, Bruna pode não ter como comprovar que aquelas mulheres realmente tiveram suas vidas sexuais arruinadas, mas a repórter assume a responsabilidade pela veracidade das informações contidas na matéria e, neste sentido, se estabelece como testemunha do acontecimento.

Ao mesmo tempo, fica muito claro que o relato na imprensa não é um espelho da realidade, mas uma interpretação. A jornalista poderia ter escolhido falar sobre outros assuntos, ouvindo outras personagens e ocultado, por exemplo, o fato de que a episiotomia tem implicações dolorosas nos corpos femininos. Mas ela escolheu escrever o texto da forma como escreveu, sobre o tema que escolheu escrever. É possível dizer que outra repórter reconheceria a notícia naquela história? Ou que ouviria a mulher contar sobre o seu trauma e pensaria que aquela informação diz respeito a uma violação explícita de direitos humanos? Certamente não. O jornalista sempre acrescenta uma *perspectiva* ao acontecimento, como afirma Muniz Sodré; um enquadramento. O “fato” quase nunca chega até nós, quase nunca o experimentamos verdadeiramente. Eles dependem da nossa procura ativa, da nossa vivência e apuração, que nos coloca diante dos mais variados episódios. Quando escolhemos um episódio para virar notícia, estamos fazendo uma escolha condicionada pelo nosso senso de responsabilidade, de avaliação e de observação. O jornalista mergulha no desenrolar da história. É o mesmo que faz Conceição ao fechar os olhos para ouvir a história, às cegas, de uma mulher com deficiência visual. Embora a ficção, ao contrário do jornalismo, não tenha compromisso com a “verdade factual”, é possível dizer que todas as histórias contadas estão sempre vinculadas a quem conta, como defende Conceição Evaristo.

Além disso, como a própria escritora questiona, quando vivenciamos o fato, será que somos realmente capazes de reproduzi-lo como notícia, destacando cada parte minuciosa do acontecimento? Quais detalhes realmente importam para o contexto da matéria? Cabe ao jornalista avaliar, escolher, condicionar, ocultar, escrever. Ou seja, mesmo que a crença na neutralidade da imprensa seja uma forma de garantir a credibilidade do profissional, como alguém capaz de fiscalizar governos e organizações, é o olhar e a individualidade do jornalista que o torna qualificado para identificar questões que a sociedade impõe, e que lhe permite identificar as lacunas em que talvez haja algo a ser investigado.

Como afirma Verón (apud BORELLI, s.d.), os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já prontos em alguma parte da realidade. Eles só existem na medida em que os meios os elaboram. É evidente, portanto, o lugar do jornalismo na produção de sentidos, visto que os “acontecimentos sociais só ganham existência pública com a ação dos dispositivos de mediação que os constroem através do processo de enunciação” (p. 8). Podemos fazer outra relação com o conceito de Escrivência, no sentido que Conceição Evaristo traz a público perspectivas negadas por certa historiografia, certa ciência, pela literatura hegemônicas. Ela faz com que seus personagens (contados, inventados e recriados na literatura) se tornem relevantes. Para Alsina (apud BORELLI, s.d.), o jornalista tampouco se limita a refletir a realidade, porque atua sobre ela, contribui para dirigi-la a um ou outro fim, seja por ação ou omissão, dizendo ou calando, consciente ou inconscientemente. Ou seja, “o ‘jornalista age sobre a realidade social’ na medida em que elabora e determina os que merecem ou não um status singular” (p. 9).

4 CONCLUSÃO

Considerando o percurso deste trabalho, evidencia-se que a imparcialidade é um mito dentro do campo do jornalismo, criado na tentativa de mascarar interesses pessoais e corporativos que estão presentes na dinâmica das redações, como em toda produção de sentido. Além disso, a pretensa neutralidade da imprensa tenta camuflar a influência de pressões políticas e econômicas na construção do acontecimento, bem como sua posterior legitimação por intermédio da notícia.

A *Escrevivência* é capaz de abalar os limites bem estabelecidos entre quem é o autor e o que é o texto. No mais, também fica claro que Conceição Evaristo assume o lugar de testemunha ao trazer para a literatura histórias invisibilizadas — dela e dos *seus* —, enquanto o jornalista garante ao acontecimento a credibilidade necessária para que ele seja registrado na trama de eventos relevantes em um real histórico determinado. A intervenção do jornalista nos fatos sinaliza o que é importante, assim como o que deve ser esquecido ou ignorado. Também é a imprensa que assume a responsabilidade pela voz dos personagens que constam em cada matéria e reportagem, trazendo para todas as histórias noticiadas uma aura de legitimidade.

Uma próxima proposta para trabalhos futuros seria pensar o exercício da ancestralidade na *Escrevivência*: ela pode se manifestar de forma inconsciente na escrita ou precisa ser resgatada? Apesar da escritora não ter se dedicado a explicar de forma linear e concisa o que seria ancestralidade, é possível tecer algumas considerações conforme avançamos na leitura de cada um de seus textos: a ancestralidade seria a memória coletiva de um povo, que assume um caráter de resistência na arte. Não se trata apenas do conjunto de características biológicas que fazem com que um grupo reconheça sua origem comum. Muito menos de uma coletividade em que todos estão conectados pelas dores compartilhadas, como o processo de escravização. Há outros aspectos intrínsecos à ancestralidade, passíveis de um desenvolvimento detalhado em análises mais aprofundadas.

Além disso, está em aberto a possibilidade de um novo projeto, na proposta de discutir o que pode nos levar a pensar a produção de subjetividade e a identidade. Embora as duas correntes filosóficas nos permitam discutir dualismos promovidos pelos movimentos de extrema direita no mundo, em contraposição às insurgências progressistas, a subjetividade torna possível tocar na ferida: entender todas as pequenas nuances no discurso, nas representações e simbolismos. Por fim, o conceito de testemunho poderia ser objeto de um novo trabalho, voltado a apresentar outras comparações entre sua aplicação no jornalismo e na

literatura, No mesmo sentido, seria possível pensar também o lugar do testemunho como uma forma de romper as separações existentes entre a história e a literatura.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil - 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BORELLI, Viviane. Jornalismo como atividade produtora de sentidos. Porto (Portugal): BOCC (Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior - Covilhã), [s. d.].
- CHKLOVSKI, Victor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). **Teoria da Literatura: Formalistas Russos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976, pp. 39-56.
- DE LARA, Bruna. Deixei “virgenzinha” pra você. Rio de Janeiro: The Intercept Brasil, 10 de setembro de 2018. Disponível em <https://theintercept.com/2018/09/10/pontodomarido/>. Acesso em 3 de dezembro de 2022.
- DIAS, Daniela Midori. SILVA, Rafael Bianchi. A Produção da Subjetividade a Partir da Análise do Perfil Profissional Presente na Revista HSM Management. São Paulo: **Revista PUC-SP**, 2019.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo e “Eu sei por que o pássaro canta na gaiola”. Entrevistador: TAG Livros. São Paulo: TAG Livros, 24 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.taglivros.com/blog/entrevista-conceicao-evaristo-tag/>. Acesso em 26 de outubro de 2022.
- EVARISTO, Conceição. CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrivivência. Entrevistador: Leituras Brasileiras. [s. l.]: Leituras Brasileiras, 6 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em 28 de outubro de 2022
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Roda Viva | Conceição Evaristo. Entrevistadores: Elisa Lucinda, Paulo Werneck, Adriana Ferreira Silva, Ana Cristina Rosa e Pedro Henrique França. [s. l.]: Roda Viva, 6 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk>. Acesso em: 5 de novembro de 2022.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. SAINT CLAIR, Ericson. Queda livre: nos labirintos do imperativo da avaliação. In: **Para além de Black Mirror: estilhaços distópicos do presente**. São Paulo: N-1 Edições, 2020. (não paginado).
- GINZBURG, Jaime. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Porto Alegre: Conexão Letras, 2015.
- GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 1-5.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 5-12.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-130.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. [s. l.: s. n.], 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro Marcondes. O conceito de notícia. In: O capital da notícia. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 12-23.

NOSEDIVE (Temporada 3, episódio 1). Black Mirror [série]. Direção: Joe Wright. [s. l.]: Netflix, 2016. (1h3m).

NUNES, Isabella Rosado. Sobre o que nos move, sobre a vida. In: **Escrevivência: a escrita de nós** (org). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p.11-25.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WOLFF, Francis. **Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Covilhã: BOCC, 2004.

ROCHA, João Victor; VIEIRA, Josenia Antunes. **Um estudo de Análise de Discurso Crítica: diferenciação racial de traficantes de drogas na mídia**. Brasília: Discursos contemporâneos em estudo, 2018.

ROLNIK, Suely. Palestra proferida na abertura do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM - ECO/UFRJ). Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a2ZM_wPDjGU. Acesso em 5 de outubro de 2022.